



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**  
**CNPJ nº 13.235.726/0001-55**  
**PODER LEGISLATIVO**

**EDITAL Nº 001-2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2026**  
**COMPRASGOV 90001-2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 488-2026**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE, ZERO QUILOMETRO, DE PORTE MÉDIO OU INTERMEDIÁRIO, COM MOTORIZAÇÃO A DIESEL, TRAÇÃO 4X4, COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO OU MECÂNICO, COM OU SEM REDUZIDA, ADMITIDA TECNOLOGIA EQUIVALENTE, E CARACTERÍSTICAS COMPATÍVEIS COM O TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA/BA, INCLUINDO DESLOCAMENTOS ADMINISTRATIVOS, PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES INSTITUCIONAIS, REPRESENTAÇÃO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E VIAGENS A OUTROS MUNICÍPIOS E À CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA.**

**CONTRATANTE (UASG):**  
**928180**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**  
**R\$ 243.555,89**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**  
**Dia 25/05/2025 às 9h (horário de Brasília)**

**SESSÃO REALIZADA POR MEIO DO:**  
**[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
**Menor Preço Global**

**MODO DE DISPUTA:**  
**Aberto e Fechado**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:**  
**Sim**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame. Além disso, faz-se necessária a análise detalhada do edital e seus anexos para a formulação de proposta/lance. A prática injustificada de atos como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo. (acórdão TCU n.º754-2015-Plenário)



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**

## **CNPJ nº 13.235.726/0001-55**

### **PODER LEGISLATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2026**  
**COMPRASGOV 90001-2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 488/2026**

#### **DO PREÂMBULO**

A Câmara Municipal de Itabuna-BA, com sede na Avenida Aziz Maron, s/n, Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Itabuna, estado da Bahia, CEP 45.605-412, através do seu Presidente, torna público que se acha aberta a presente licitação, na modalidade **PREGÃO, DO TIPO ELETRÔNICO N.º 001/2026**, constante no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 488/2026 **COM JULGAMENTO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, a qual será processada e julgada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelas Instrução Normativa nº 003/2026, Instrução Normativa nº 004/2026, Instrução Normativa nº 002/2026, Instrução Normativa nº 005/2024, Instrução Normativa nº 009/2024 da CMVI, da Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE, ZERO QUILOMETRO, DE PORTE MÉDIO OU INTERMEDIÁRIO, COM MOTORIZAÇÃO A DIESEL, TRAÇÃO 4X4, COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO OU MECÂNICO, COM OU SEM REDUZIDA, ADMITIDA TECNOLOGIA EQUIVALENTE, E CARACTERÍSTICAS COMPATÍVEIS COM O TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA/BA, INCLUINDO DESLOCAMENTOS ADMINISTRATIVOS, PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES INSTITUCIONAIS, REPRESENTAÇÃO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E VIAGENS A OUTROS MUNICÍPIOS E À CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, a qual será conduzida e julgada pelo Pregoeiro Oficial desta entidade, nomeado pela Portaria nº 041 de 21 de maio de 2025, juntamente com a Equipe de Apoio, observados os procedimentos, regras e condições estabelecidas neste EDITAL E SEUS ANEXOS.

**O início da sessão da disputa dos lances ocorrerá no dia 25/05/2026 às 09h:00min.**

A sessão pública do certame será realizada por meio da Internet através do **SISTEMA E COMPRAS GOVERNAMENTAIS** ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)), **sob o nº 90001/2026.**

CÓDIGO DA UASG: 928180

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente **o horário de Brasília/DF**, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Os interessados deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa para fornecimento de 01 (um) veículo automotor utilitário, tipo picape, zero quilômetro, de porte médio ou intermediário, com motorização a diesel, tração 4x4, com gerenciamento eletrônico ou mecânico, com ou sem reduzida, admitida tecnologia equivalente, e características compatíveis com o transporte de pessoas e cargas, destinado ao atendimento das demandas institucionais do gabinete da presidência da Câmara Municipal de Itabuna/BA, incluindo deslocamentos administrativos, participação em reuniões institucionais, representação oficial do poder legislativo municipal e viagens a outros municípios e à capital do Estado da Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O licitante deve oferecer proposta cujo preço máximo é o estabelecido no item 1.1 do Termo de Referência, adotando o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL.

1.4. Em caso de divergências entre a descrição dos itens disposto no Termo de Referência (anexo I do Edital) e os itens no sistema, prevalecerá o constante neste Edital e em seus anexos.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**

## **CNPJ nº 13.235.726/0001-55**

### **PODER LEGISLATIVO**

- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.1. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA

## CNPJ nº 13.235.726/0001-55

### PODER LEGISLATIVO

por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
  - 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
  - 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
  - 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 3.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 3.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 3.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 3.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 3.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - 3.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA

## CNPJ nº 13.235.726/0001-55

### PODER LEGISLATIVO

tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos- calendário anteriores;

- 3.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 3.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. Modelo e Ano
  - 4.1.2. Fabricante
  - 4.1.3. Valor Expresso em Reais (R\$)
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
  - 4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**

## **CNPJ nº 13.235.726/0001-55**

### **PODER LEGISLATIVO**

percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.
- 5.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
  - 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**

## **CNPJ nº 13.235.726/0001-55**

### **PODER LEGISLATIVO**

primeiro lugar.

- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
  - 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 5.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
  - 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
  - 5.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.
- 5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
  - 5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 5.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 5.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 5.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 5.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 5.21.2. empresas brasileiras;
  - 5.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 5.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**

## **CNPJ nº 13.235.726/0001-55**

### **PODER LEGISLATIVO**

- 5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23.6. O não encaminhamento da proposta adequada, conforme estabelecido nos itens anteriores, resultará na desclassificação da licitante.
- 5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 6.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 6.1.5. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 6.2. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.;
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 6.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**

## **CNPJ nº 13.235.726/0001-55**

### **PODER LEGISLATIVO**

- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 6.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
  - 6.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
  - 6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
  - 6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico- financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
  - 6.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
  - 6.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
  - 6.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
  - 6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA

## CNPJ nº 13.235.726/0001-55

### PODER LEGISLATIVO

manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s)/exitosa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s)/prova conceito e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação do licitante no chat, dentro do prazo inicial.

7.11. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA

## CNPJ nº 13.235.726/0001-55

### PODER LEGISLATIVO

- 7.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 7.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 7.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
  - a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
  - b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
  - 8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
  - 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).
- 8.5. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer deverá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) minutos.
  - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA

## CNPJ nº 13.235.726/0001-55

### PODER LEGISLATIVO

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 2.5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**

## **CNPJ nº 13.235.726/0001-55**

### **PODER LEGISLATIVO**

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

#### **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: envio de e-mail para o endereço: [agentedecontratacao@itabuna.ba.leg.br](mailto:agentedecontratacao@itabuna.ba.leg.br)

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**  
**CNPJ nº 13.235.726/0001-55**  
**PODER LEGISLATIVO**

Portal da Transparência da CMVI, bem como no site desta Casa Legislativa e pode ser solicitado por meio do endereço eletrônico [equipedeaopoio@itabuna.ba.leg.br](mailto:equipedeaopoio@itabuna.ba.leg.br)

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Modelo De Proposta De Preços

ANEXO III - Tabela Preço Médio

ANEXO IV - Minuta De Contrato

Itabuna, 12 de Maio de 2026

**MANOEL CARLOS DE JESUS PORFÍRIO**  
**PRESIDENTE**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE, ZERO QUILOMETRO, DE PORTE MÉDIO OU INTERMEDIÁRIO, COM MOTORIZAÇÃO A DIESEL, TRACÇÃO 4X4, COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO OU MECÂNICO, COM OU SEM REDUZIDA, ADMITIDA TECNOLOGIA EQUIVALENTE, E CARACTERÍSTICAS COMPATÍVEIS COM O TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA/BA, INCLUINDO DESLOCAMENTOS ADMINISTRATIVOS, PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES INSTITUCIONAIS, REPRESENTAÇÃO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E VIAGENS A OUTROS MUNICÍPIOS E À CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA.**

#### DETALHAMENTO DA DEMANDA

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE, ZERO QUILOMETRO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aquisição de veículo automotor utilitário, tipo picafe, zero quilômetro, de médio porte ou intermediário, com motorização a diesel, tração 4x4, cabine dupla, bancos com revestimento em couro, capacidade de transporte de passageiros e carga, dotado de recursos tecnológicos, itens de segurança ativa e passiva, conforto e conectividade, adequado ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Itabuna.	Unid.	01	R\$ R\$ 243.555,89	R\$ R\$ 243.555,89

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

#### 1.3. DA CONTRATAÇÃO

- 1.3.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta.
- 1.3.2. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.

#### 1.4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 1.5. O veículo a ser adquirido deverá possuir características técnicas mínimas compatíveis com utilitário de médio porte, com capacidade de transporte de passageiros e carga, adequado ao uso institucional, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

##### 1.5.1. Características gerais:

- Veículo novo (zero quilômetro);
- Cor: Preta (sólida ou metálica);
- Ano de fabricação/modelo igual ou superior ao da contratação;
- Categoria utilitário com cabine dupla;
- Capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;
- 04 (quatro) portas.

##### 1.5.2. Motorização e desempenho:

- Motorização a diesel, com cilindrada mínima aproximada de 2.0 litros;
- Potência mínima aproximada de 170 cv;
- Torque mínimo aproximado de 35 kgf.m;
- Transmissão automática;
- Sistema de tração 4x4, com gerenciamento eletrônico ou mecânico, com ou sem reduzida, ou tecnologia equivalente;

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

- Direção elétrica ou eletroassistida;
- O conjunto motriz deverá proporcionar desempenho adequado para deslocamentos urbanos e rodoviários, inclusive em vias não pavimentadas, considerando a natureza das atividades institucionais.

**1.5.3. Dimensões e capacidade:**

- Comprimento aproximado: mínimo de 4,80 m;
- Entre-eixos mínimo aproximado: 2,80 m;
- Capacidade de carga útil mínima de 850 kg;
- Caçamba com dimensões compatíveis ao transporte de equipamentos e materiais;

**1.5.4. Segurança O veículo deverá possuir, no mínimo:**

- Airbags frontais e laterais (mínimo 6);
- Sistema de freios ABS com distribuição eletrônica de frenagem (EBD);
- Controle eletrônico de estabilidade (ESP);
- Controle de tração;
- Assistente de partida em rampa;
- Sistema de monitoramento de pressão dos pneus;
- Sensores de estacionamento;
- Câmera de ré;
- Sistema de frenagem autônoma de emergência ou tecnologia equivalente;
- Sistema de alerta de saída de faixa ou tecnologia equivalente;

**1.5.5. Tecnologia e conectividade O veículo deverá possuir, no mínimo:**

- Central multimídia com tela sensível ao toque;
- Integração com smartphones (Android Auto e/ou Apple CarPlay);
- Conectividade Bluetooth;
- Entradas USB;
- Sistema de som integrado;
- Computador de bordo.

**1.5.6. Conforto e acabamento:**

- Ar-condicionado automático ou digital;
- Bancos com revestimento em couro sintético ou natural de alta resistência (cor escura);
- Ajuste de altura do banco do motorista;
- Vidros e travas elétricas;
- Sistema de partida por botão ou chave eletrônica;
- Direção com regulagem de altura e/ou profundidade;
- Apoios de cabeça para todos os ocupantes.

## **1.6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 1.6.1. O veículo poderá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Itabuna/BA ou disponibilizado para retirada diretamente na concessionária/estabelecimento da CONTRATADA, dentro do município de Itabuna-Ba, desde que previamente acordado entre as partes.
- 1.6.2. O prazo de entrega do veículo será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e autorização da Administração.
- 1.6.3. O veículo deverá ser entregue novo (zero quilômetro), em perfeitas condições de uso, com todos os itens e acessórios exigidos neste Termo de Referência, acompanhado de manual do proprietário, chave reserva e demais documentos obrigatórios.
- 1.6.4. Nos casos de entrega na sede da CONTRATANTE, esta deverá ocorrer em dias úteis, de segunda a quinta-feira, das 08h00 às 18h00, e às sextas-feiras, das 08h00 às 14h00, mediante prévio agendamento.
- 1.6.5. O recebimento do veículo será realizado de forma provisória no ato da entrega ou retirada, para verificação de conformidade com as especificações exigidas, e de forma definitiva após conferência técnica e aceitação pela CONTRATANTE.

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

- 1.6.6. Caso o veículo não atenda às especificações exigidas ou apresente qualquer irregularidade, a CONTRATADA deverá promover a regularização ou substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem ônus para a Administração.

## 1.7. DA GARANTIA DO VEÍCULO

- 1.7.1. O veículo deverá possuir garantia mínima de 3 (três) anos, sem limite ou com limite mínimo de quilometragem compatível com o padrão de mercado.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Como consta no Documento de Oficialização de Demanda que deu origem a este Processo Administrativo, justifica-se, tendo em vista que: *"A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar meio de transporte institucional adequado ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Itabuna, órgão responsável pela condução administrativa do Poder Legislativo Municipal, pela articulação institucional entre os poderes e pela representação oficial da Câmara perante órgãos públicos e entidades da sociedade. Atualmente, o Gabinete da Presidência não dispõe de veículo próprio para atendimento dessas atividades institucionais, especialmente no que se refere a deslocamentos de média e longa distância, compromissos oficiais em outros municípios e viagens frequentes à capital do Estado da Bahia. A ausência de veículo compromete o desempenho das atividades pela Presidência, dificultando o atendimento eficiente das demandas institucionais, exigindo, muitas vezes, a utilização de veículo que fica à disposição para demandas administrativas. O levantamento demonstrou que o veículo Fiat Toro existente na frota não é suficiente para atender as demandas administrativas e do gabinete da presidência, uma vez que atualmente a casa não dispõe de contrato para locação de veículo. A nova unidade, de médio porte e motorização diesel, atuará de forma complementar, assumindo as missões de maior exigência mecânica e viagens de longa distância, enquanto o veículo existente permanecerá em atividades urbanas e de apoio administrativo. Nesse contexto, a aquisição de veículo utilitário de médio porte, com tração 4x4, capacidade de transporte de passageiros e carga, apresenta-se como solução adequada para suprir a demanda institucional, uma vez que veículos dessa categoria oferecem maior resistência, estabilidade, capacidade de deslocamento em diferentes tipos de terreno e melhor desempenho em rodovias, características relevantes para o exercício das atividades administrativas e institucionais do Gabinete da Presidência. Além disso, a utilização de veículo com padrão adequado de tecnologia, segurança e desempenho contribui para maior eficiência na execução das atividades administrativas, redução de riscos em deslocamentos institucionais e melhor gestão da logística de transporte da Câmara Municipal, permitindo que os compromissos institucionais sejam cumpridos com maior regularidade, segurança e previsibilidade. Ressalte-se ainda que a aquisição de veículo próprio para o Gabinete da Presidência confere maior autonomia administrativa ao Poder Legislativo Municipal, evitando dependência de soluções eventuais de transporte e assegurando melhores condições para o exercício das funções institucionais do cargo. A escolha pela motorização a diesel baseou-se no ciclo de vida do bem. Veículos a diesel apresentam menor depreciação e maior vida útil do motor (podendo atingir quilometragens significativamente superiores aos motores a gasolina), o que reduz a necessidade de renovação frequente da frota, atendendo ao princípio da eficiência e economicidade a longo prazo. No levantamento das necessidades, verificou-se demanda frequente por viagens intermunicipais e para a capital do Estado (Salvador/BA), visando a participação em reuniões institucionais, articulações junto a órgãos estaduais e federais, além de visitas técnicas em áreas de difícil acesso (zonas rurais), o que justifica a exigência de tração 4x4 e motorização a diesel para maior autonomia e torque. Ressalte-se que, embora o contrato atual de abastecimento contemple apenas gasolina, a Administração providenciará o aditamento ou nova licitação para fornecimento de diesel S10, visando a plena operacionalidade do bem. A escolha da cor preta visa conferir a sobriedade e a distinção necessárias ao veículo de representação oficial da Presidência do Poder Legislativo, padronizando-o conforme o protocolo de veículos oficiais de representação institucional, além de facilitar a manutenção estética e a identificação em comboios oficiais.*

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

*A nova aquisição visa um veículo de “trabalho pesado”, capaz de suportar as exigências de deslocamentos rurais e viagens de longa distância com margem de segurança e durabilidade superiores.*

*Assim, a complementaridade da frota permitirá que cada veículo seja utilizado estritamente dentro de sua vocação operacional, prolongando a vida útil de ambos os ativos e garantindo que o Poder Legislativo tenha prontidão de resposta em qualquer cenário geográfico do município. Assim, a contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade da atividade administrativa, atendendo ao interesse público e às necessidades operacionais da Câmara Municipal de Itabuna.”*

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. O serviço objeto do presente TR prevê a solução para a demanda solicitada, e leva em consideração o ciclo de vida do objeto, uma vez que foi percebido que os serviços a serem contratados são imprescindíveis para o atendimento de normativos regimentais e para o bom funcionamento das atividades administrativas e Legislativas, considerando ainda, as especificações contidas neste documento (especificamente no item 1 e seus desdobramentos) necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços ora requeridos.
- 3.2. Os serviços serão prestados sob demanda, mediante apresentação de Autorização de Serviço, que deverá ser denominada
- 3.3. Os serviços serão prestados entre às 07h00 e às 24h00, em endereço indicado no Autorização de Serviço, dentro do município de Itabuna-Bahia.
- 3.4. No caso de cancelamento, a empresa deverá ser notificada em prazo de 24h antes do início do evento.
- 3.5. A solicitação dos serviços deverá ser enviada à empresa em um prazo mínimo de 02 (dois) dias de antecedência da data do evento.
- 3.6. A comunicação da contratante com a empresa poderá ocorrer via e-mail ou aplicativo de mensagens (whatsapp). A contratada deverá fornecer os serviços conforme as especificações contidas no Termo de Referência.
- 3.7. Ao término do evento, a contratada deverá deixar o local do evento limpo e organizado

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Da vistoria

- 4.1.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do serviço.

#### 4.2. Da Proposta Comercial

- 4.2.1. A proposta comercial deverá ser preenchida conforme modelo disponibilizado.
- 4.2.2. Deverão, ainda, ser respeitadas as regras estabelecidas no edital, se for o caso de licitação, para a elaboração e apresentação da proposta comercial.

#### 4.3. Da Subcontratação

- 4.3.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

#### 4.4. Da participação de consórcios:

- 4.4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

#### 4.5. Da Garantia Contratual

- 4.5.1. Não haverá exigência da garantia contratual prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, visto as características do objeto a ser contratado.

#### 4.6. Da garantia do serviço/objeto

- 4.6.1. A garantia do objeto observará o disposto no item 1.7.1 deste Termo de Referência.

### 5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133/2021](#) e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações a CMVI e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. A CMVI poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CMVI poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser gerida, acompanhada e fiscalizada pelos gestor e fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma da Instrução Normativa nº 007 de 2024 e do artigo 117 da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## 6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1.O Contratado deverá emitir documento fiscal conforme legislação vigente, observando:

- a) O imposto de renda a ser retido, quando obrigado, deverá ser destacado no corpo do documento fiscal, considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1.234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023.
- b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência **DEVERÃO** informar essa condição expressamente no documento fiscal, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1.234.
- c) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

### 6.1. Recebimento do Objeto:

O serviço/objeto será recebido provisoriamente, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, pelo servidor designado, contados a partir do protocolo do documento fiscal com a comprovação da efetiva execução do objeto.

6.1.2. Para efeito de recebimento provisório, o servidor designado irá verificar a compatibilidade entre as descrições e quantidades contidas no documento fiscal e o objeto recebido/serviço prestado.

6.1.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório:

6.1.3.1 **Em caso de materiais para estoque**, com a juntada aos autos do Boletim de Recebimento de Material pelo Almoxarifado;

6.1.3.2 **Em caso de materiais para uso imediato ou serviços**, com o ateste, mediante despacho, do servidor designado, confirmando o recebimento do objeto contido no corpo do documento fiscal.

6.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento provisório, pelo fiscal e gestor de contratos ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação do exato cumprimento das

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

exigências constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante emissão do Atestado de Recebimento Definitivo, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.1.4.1. Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela Contratada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

6.1.4.2. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada.

6.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à contratada para emissão de documento fiscal relativa apenas à parcela incontroversa da execução do objeto/serviço.

6.1.6. O objeto/serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial da Contratada, devendo ser reparado/corrigido, sob pena da possível instauração de processo para apuração de responsabilidade.

6.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto executado, nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.8. Não será realizado o recebimento definitivo do objeto/serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas.

6.1.9 Fica suspensa a contagem dos prazos para recebimento provisório ou definitivo do objeto/serviço durante o tempo necessário para saneamento das pendências identificadas e comunicadas à contratada.

## 6.2. Liquidação

6.2.1. Realizado o recebimento definitivo do objeto, a liquidação ocorrerá no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se o Contratado, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.

6.2.5. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que promova o saneamento ou preste esclarecimentos.

6.2.6. Fica suspensa a contagem do prazo para liquidação da despesa durante o tempo necessário para saneamento das pendências identificadas e comunicadas à contratada.

## 6.3. Pagamento

6.3.1. O pagamento será efetuado em até **2 (dois) dias úteis** dias contados da liquidação da despesa.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DE FORNECEDOR

### 7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO amparado na Lei Federal nº 14.133/21. Regime de execução;

7.1.2. O regime de execução do contrato será por Regime de Execução Empreitada por Preços Unitários, com adjudicação pelo menor preço global.

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

## 7.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame.

### 7.2.1. Habilitação jurídica

**7.2.1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**7.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**7.2.1.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

### 7.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**7.2.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**7.2.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**7.2.2.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**7.2.2.4.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**7.2.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.2.2.6.** Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

### 7.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

**7.2.3.1.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**7.2.3.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### 7.2.4. Qualificação técnico-profissional

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

7.2.4.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório de veículos automotores ou bens de natureza similar ao objeto licitado.

7.2.4.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação da contratante (razão social, CNPJ e contato), bem como a descrição do objeto fornecido, de forma a permitir a verificação de compatibilidade com o objeto desta contratação.

7.2.4.1.2. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrem experiência compatível com o fornecimento pretendido.

7.2.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.2.4.1.4. A Administração poderá solicitar documentos complementares para verificação da veracidade das informações prestadas, tais como cópia de contratos, notas fiscais ou outros documentos idôneos.

## 8. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 243.555,89 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos)**, conforme valores apostos na tabela disposta no item 1.

## 9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da CMVI.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO 01

Projeto Atividade 01.031.0001.2001

Elemento Despesa 4.4.90.52.06.00.

Fonte de Recurso 1.500.0000

## 10. DAS SANÇÕES

10. Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, a contratada que, na fase de execução contratual:

10.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

10.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

10.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

I – Advertência: será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 10.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – Multa: Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021;

III - Impedimento de licitar e contratar: será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6 e 10.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: Esta sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.8, 10.9, 10.10, 10.11 e 10.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6 e 10.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.14 Conforme o § 1º do artigo 156 da Lei 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15 A sanção estabelecida no inciso IV do item 10.13 (DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR) será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de **competência exclusiva da autoridade máxima da entidade**;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

10.16 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do sub item 10.13 poderão ser aplicadas cumulativamente com sanção a prevista no inciso II deste mesmo sub item.

10.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

10.18 A aplicação das sanções previstas no item 10.13 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.19 Conforme o Art. 157 da Lei 14.133/2021, na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 10.13, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.20 Conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.13 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.20.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.20.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.21 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

10.22 Conforme o Artigo 159 da Lei 14133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.23 Conforme o Art. 160 da Lei 14.133/2021, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.24 Conforme o Art. 161 da Lei 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

10.24.1 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **item 10.13 deste Termo de Referência**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

10.25 De acordo com o Art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

10.25.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

10.26 Conforme o Artigo 163 da Lei 14.133/2021, é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.26.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos 10.8 e 10.12 deste Termo de Referência, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 11. DA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP)

11.1. Considerando as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 003, de 26 de março de 2026, da Câmara Municipal de Itabuna, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar, o qual subsidiou a presente contratação, contendo a análise da necessidade, a definição da solução mais adequada e a avaliação dos aspectos técnicos e econômicos envolvidos..

## 12. DA GESTÃO DE RISCO

- 12.1. Nos termos do art. 4º do Decreto Municipal nº 15.638, de 30 de novembro de 2023, a análise de riscos e a elaboração do correspondente mapa de riscos são obrigatórias apenas para contratações que envolvam serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e obras e serviços de engenharia.
- 12.2. Considerando que a presente contratação refere-se à aquisição de veículo automotor utilitário, caracterizada como fornecimento de bem, verifica-se que não se enquadra nas hipóteses de obrigatoriedade previstas no referido dispositivo normativo.
- 12.3. Não obstante o caráter facultativo, a Administração optou pela elaboração do mapa de riscos, como medida de aprimoramento do planejamento da contratação, visando à identificação, análise e mitigação de eventuais riscos que possam impactar a execução do objeto.
- 12.4. O respectivo mapa de riscos integra o presente processo administrativo, constituindo instrumento de apoio à gestão contratual e à tomada de decisão.

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

## APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Aquisição de Veículo Automotor Utilitário – Câmara Municipal de Itabuna/BA.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de 01 (um) veículo automotor utilitário, tipo picape, zero quilômetro, destinado ao atendimento das demandas institucionais do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Itabuna/BA.

Conforme apurado no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), o Gabinete da Presidência é responsável pela condução administrativa do Poder Legislativo Municipal, pela articulação institucional entre os poderes e pela representação oficial da Câmara perante órgãos públicos e entidades da sociedade, demandando constante deslocamento para o cumprimento de suas atribuições.

Atualmente, o referido Gabinete não dispõe de veículo próprio adequado para atendimento dessas atividades institucionais, especialmente no que se refere a deslocamentos de média e longa distância, compromissos oficiais em outros municípios e viagens frequentes à capital do Estado da Bahia (Salvador/BA), o que compromete a eficiência da atuação administrativa.

O levantamento realizado demonstrou que o veículo atualmente disponível na frota (Fiat Toro) mostra-se insuficiente para atender simultaneamente às demandas administrativas gerais e às atividades específicas do Gabinete da Presidência, inexistindo, ainda, contrato vigente de locação de veículos que possa suprir tal necessidade.

Nesse contexto, a nova aquisição atuará de forma complementar à frota existente, destinando-se às demandas de maior exigência mecânica, deslocamentos intermunicipais e viagens de longa distância, enquanto o veículo atualmente disponível permanecerá em atividades urbanas e de apoio administrativo.

Adicionalmente, verifica-se a necessidade de atendimento a deslocamentos em zonas rurais e vias não pavimentadas, o que exige veículo com maior robustez, capacidade de carga e desempenho operacional.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar melhores condições de mobilidade institucional, eficiência administrativa e adequada representação do Poder Legislativo Municipal.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) da Câmara Municipal de Itabuna, tendo em vista tratar-se de necessidade administrativa superveniente, identificada no decorrer do exercício.

Conforme evidenciado no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), a necessidade decorre da inexistência de veículo adequado para o Gabinete da Presidência, situação não prevista à época da elaboração do planejamento anual.

Nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, admite-se a realização de contratações não previstas no PCA, desde que devidamente justificadas, como ocorre no presente caso.

Ressalta-se que o PCA constitui instrumento de planejamento, não possuindo caráter absoluto, devendo ser ajustado sempre que surgirem demandas supervenientes que impactem a continuidade e a eficiência da atuação administrativa.

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

Ademais, a contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Câmara Municipal de Itabuna, especialmente no que se refere ao fortalecimento da atuação do Poder Legislativo, à melhoria da mobilidade institucional e à eficiência na execução das atividades administrativas.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- veículo automotor utilitário, tipo picape, zero quilômetro, de médio porte ou intermediário, cabine dupla, 04 (quatro) portas e capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;
- motorização a diesel, com potência mínima aproximada de 170 cv, torque compatível com a categoria e desempenho adequado para deslocamentos urbanos, rodoviários e em vias não pavimentadas;
- transmissão automática e tração 4x4;
- direção elétrica ou eletroassistida;
- capacidade de transporte de passageiros e carga, com capacidade mínima aproximada de 850 kg;
- sistemas de segurança, incluindo airbags, freios ABS com EBD, controle de estabilidade e tração, assistente de partida em rampa, sensores de estacionamento e câmera de ré;
- recursos de tecnologia e conectividade, incluindo central multimídia, integração com smartphones, Bluetooth e entradas USB;
- itens de conforto, incluindo ar-condicionado, bancos em couro, vidros e travas elétricas;
- cor preta, justificada pela padronização de veículos de representação institucional;
- garantia mínima de 03 (três) anos.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A contratação refere-se à aquisição de 01 (uma) unidade, quantitativo definido com base na necessidade identificada no Documento de Oficialização da Demanda (DOD).

A definição considerou a insuficiência do veículo atualmente disponível (Fiat Toro) para atendimento simultâneo das demandas administrativas e institucionais, sendo a nova aquisição destinada a complementar a frota existente.

Dessa forma, o quantitativo mostra-se suficiente e proporcional à necessidade identificada, evitando aquisições excessivas e observando os princípios da economicidade e eficiência.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado evidenciou a ampla disponibilidade, no mercado nacional, de veículos utilitários tipo picape, cabine dupla, movidos a diesel e com tração 4x4, fabricados por diversas montadoras e comercializados por concessionárias autorizadas na região e em âmbito nacional.

Foram identificados modelos com especificações compatíveis com a necessidade administrativa, tais como:

- Toyota Hilux;

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

- FIAT Toro Ranch;
- Chevrolet S10;
- Ford Ranger;
- Mitsubishi L200 Triton;
- Nissan Frontier;
- Volkswagen Amarok.

A análise comparativa levou em consideração critérios de robustez mecânica, capacidade de carga, desempenho em vias urbanas e rurais, consumo de combustível, disponibilidade de peças de reposição, rede de assistência técnica autorizada e custo estimado de manutenção.

Foram avaliadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda administrativa:

**a) utilização da frota atualmente disponível:** alternativa descartada em razão da insuficiência operacional dos veículos existentes, bem como da inadequação para atendimento contínuo das demandas institucionais em estradas vicinais e deslocamentos de longa distância;

**b) locação de veículo:** alternativa considerada menos vantajosa sob o aspecto econômico, diante do custo continuado da contratação e da limitação de disponibilidade permanente do bem à Administração;

**c) aquisição de veículo seminovo/usado:** alternativa afastada em razão do maior risco de manutenção corretiva, menor vida útil remanescente e ausência de garantia integral de fábrica;

**d) aquisição de veículo novo:** alternativa considerada mais vantajosa técnica e economicamente, em razão da maior durabilidade, garantia do fabricante, menor necessidade de manutenção imediata e disponibilidade contínua para atendimento das atividades institucionais.

Constatou-se, ainda, a existência de pluralidade de fornecedores e concessionárias aptas ao fornecimento do objeto, evidenciada pela presença de revendedoras autorizadas instaladas em Itabuna e região, dentre as quais: Topázio Toyota - Itabuna, Chevrolet Topvel Itabuna, Jade Nissan - Itabuna, além da rede Cristal Volkswagen e Brione Fiat, demonstrando a ampla concorrência existente no mercado automotivo regional e nacional, possibilitando a realização de procedimento competitivo sem restrição indevida à competitividade.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de 01 (um) veículo utilitário tipo picape, zero quilômetro, de médio porte ou intermediário, com motorização a diesel e tração 4x4, destinado ao transporte de passageiros e carga.

A contratação contempla fornecimento completo do bem, incluindo garantia, assistência técnica e suporte pós-venda.

A solução permitirá a utilização racional da frota, destinando o veículo existente às atividades urbanas, enquanto o novo veículo atenderá às demandas de maior exigência mecânica e deslocamentos intermunicipais e de longa distância.

A escolha por motorização a diesel fundamenta-se no menor custo do ciclo de vida do bem, maior durabilidade e melhor desempenho operacional.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

A estimativa preliminar da contratação é de aproximadamente **R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)**, elaborada com base em valores médios praticados no mercado para veículos com especificações semelhantes ao objeto pretendido.

A estimativa definitiva do valor da contratação será posteriormente consolidada mediante pesquisa formal de preços, observando-se os parâmetros previstos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável, incluindo consultas ao Banco de Preços, sítios eletrônicos especializados, contratações similares realizadas pela Administração Pública e cotações junto a fornecedores do ramo.

Serão considerados todos os custos envolvidos na contratação, buscando assegurar compatibilidade com os preços praticados no mercado e a vantajosidade para a Administração Pública.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

A contratação não será parcelada, por tratar-se de bem indivisível, cuja divisão comprometeria sua funcionalidade, não havendo vantagem econômica.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação com outros ajustes administrativos necessários à plena operacionalização do bem, conforme evidenciado no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), destacando-se:

- fornecimento de combustível (diesel), indispensável para a utilização do veículo, sendo necessária a adequação contratual vigente ou a realização de nova contratação para suprimento de diesel S10;
- eventuais serviços de manutenção preventiva e corretiva, compatíveis com o uso contínuo e as recomendações do fabricante;
- atividades de gestão e controle da frota institucional.

Tais contratações são consideradas correlatas e/ou interdependentes, na medida em que contribuem para a continuidade do uso do veículo e para o adequado atendimento das demandas institucionais, sem, contudo, constituírem condição impeditiva para a execução do objeto principal.

## 10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- melhoria da mobilidade institucional do Gabinete da Presidência, assegurando meio de transporte adequado para o cumprimento das atividades administrativas, de articulação institucional e de representação oficial;
- aumento da eficiência na execução das demandas institucionais, especialmente em deslocamentos intermunicipais e viagens à capital do Estado;
- elevação do nível de segurança nos deslocamentos, inclusive em vias não pavimentadas e áreas rurais;
- utilização mais racional da frota, com distribuição adequada das atividades entre o veículo existente e o novo veículo a ser adquirido;

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

- maior autonomia administrativa do Poder Legislativo, reduzindo a dependência de soluções eventuais de transporte.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para a otimização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Para viabilizar a contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

- realização de pesquisa de preços, com base em parâmetros de mercado e contratações similares, visando à adequada estimativa do valor da contratação;
- elaboração do Termo de Referência, contendo a definição detalhada do objeto, requisitos técnicos, condições de fornecimento e critérios de julgamento;
- verificação da disponibilidade orçamentária e adequada classificação da despesa;
- definição da modalidade de licitação e do critério de julgamento, conforme a legislação aplicável;
- adoção de providências para viabilizar o fornecimento de combustível (diesel S10), mediante aditamento contratual ou realização de nova contratação, conforme indicado no Documento de Oficialização da Demanda (DOD);
- planejamento da gestão e fiscalização contratual, com a designação de servidor responsável pelo acompanhamento da execução.

Tais providências são essenciais para assegurar a regular instrução do processo, a conformidade com a legislação vigente e a futura execução eficiente do objeto contratado.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação envolve a utilização de veículo com motorização a diesel, implicando consumo de combustível fóssil e emissão de gases poluentes, inerentes à sua operação.

Como medidas mitigadoras, a Administração adotará:

- utilização racional do veículo, com planejamento e otimização dos deslocamentos;
- realização de manutenção preventiva periódica, visando garantir eficiência do motor e redução de emissões;
- observância das normas ambientais e de controle de poluentes aplicáveis;
- priorização de veículo que atenda a padrões atualizados de eficiência energética e controle de emissões.

Ressalta-se que a escolha por veículo a diesel se justifica pela maior eficiência em deslocamentos de média e longa distância, bem como pela maior durabilidade do motor, contribuindo para a redução de impactos ambientais indiretos ao longo do ciclo de vida do bem.

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA

CNPJ Nº 13.235.726/0001-55

Dessa forma, os impactos ambientais são considerados controlados e mitigáveis, não constituindo óbice à contratação.

## 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente viável, economicamente adequada e alinhada ao interesse público.**

Restou demonstrado que a aquisição do veículo atende de forma eficiente à necessidade identificada no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), especialmente no que se refere à melhoria da mobilidade institucional, ao atendimento das atividades de representação oficial e aos deslocamentos intermunicipais e de longa distância.

A solução proposta mostra-se a mais vantajosa dentre as alternativas avaliadas, considerando a complementaridade da frota existente, a maior durabilidade e eficiência do veículo com motorização a diesel e o melhor custo ao longo do ciclo de vida do bem.

Além disso, não foram identificados óbices técnicos, econômicos ou administrativos à sua implementação, sendo a contratação compatível com as práticas da Administração Pública e com a legislação vigente.

Dessa forma, posiciona-se favoravelmente pela continuidade do processo de contratação.

**Itabuna/BA, 23 de março de 2026.**

**GABRIEL RIBEIRO SANTOS**

**EPC**

Avenida Aziz Maron, s/n, Bairro Nossa Senhora da Conceição – Itabuna – BA, CEP 45.600-000.

Espaço Cultural Professor Josué de Souza Brandão  
Fone: (73) 2103-2124 e-mail: [licitacoes.cmvi@gmail.com](mailto:licitacoes.cmvi@gmail.com)



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**  
**CNPJ nº 13.235.726/0001-55**  
**PODER LEGISLATIVO**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	<b>CNPJ:</b>
<b>ENDEREÇO FÍSICO:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>E-MAIL:</b>	<b>WHAT'S APP:</b>
<b>RESPONSÁVEL:</b>	<b>DATA:</b>

**PLANILHA DE ITENS E PREÇOS:**

		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE, ZERO QUILOMETRO, DIESEL				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	FABRICANTE MODELO ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aquisição de veículo automotor utilitário, tipo picape, zero quilômetro, de médio porte ou intermediário, com motorização a diesel, tração 4x4, cabine dupla, bancos com revestimento em couro, capacidade de transporte de passageiros e carga, dotado de recursos tecnológicos, itens de segurança ativa e passiva, conforto e conectividade, adequado ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Itabuna.	Unid.	01			

**I –DAVALIDADE DA PROPOSTA**

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de sua apresentação.

**II –COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

Nos preços propostos acima estão incluídas todos os custos necessários, como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente no objeto.

**III –DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus apêndices.

Itabuna-BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável legal da empresa).





**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**  
**CNPJ nº 13.235.726/0001-55**  
**PODER LEGISLATIVO**

**ANEXO III**  
**TABELA VALOR MÉDIO**

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE, ZERO QUILOMETRO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aquisição de veículo automotor utilitário, tipo picape, zero quilômetro, de médio porte ou intermediário, com motorização a diesel, tração 4x4, cabine dupla, bancos com revestimento em couro, capacidade de transporte de passageiros e carga, dotado de recursos tecnológicos, itens de segurança ativa e passiva, conforto e conectividade, adequado ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Itabuna.	Unid.	01	R\$ 243.555,89	R\$ 243.555,89



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **PODER LEGISLATIVO**

#### **ANEXO IV**

#### **MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0xx-2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 488/2026**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 13.235.726/0001-55**, com sede no Espaço Cultural Professor Josué Souza Brandão, localizada na Avenida Aziz Maron, S/N, Bairro da Conceição, nesta Cidade de Itabuna, Estado da Bahia, CEP 45.605-412, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. **MANOEL CARLOS DE JESUS PORFÍRIO**, matrícula funcional 1972.

**CONTRATADA: XXXX**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ **sob o nº XXX**, com sede na Rua XXX, nº XXX, Bairro XX, XXX, CEP: 45.XXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXX**.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, resultante da **Pregão Eletrônico 001/2026**, instruído no **Processo Administrativo 488/2026**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### **1. DO OBJETO**

O presente contrato tem como objeto **o fornecimento de 01 (um) veículo automotor utilitário, tipo picape, zero quilômetro, de porte médio ou intermediário, com motorização a diesel, tração 4x4, com gerenciamento eletrônico ou mecânico, com ou sem reduzida, admitida tecnologia equivalente, e características compatíveis com o transporte de pessoas e cargas, destinado ao atendimento das demandas institucionais do gabinete da presidência da Câmara Municipal de Itabuna/BA, incluindo deslocamentos administrativos, participação em reuniões institucionais, representação oficial do poder legislativo municipal e viagens a outros municípios e à capital do Estado da Bahia, conforme especificações constantes no Termo de Referência apenso ao processo de Pregão Eletrônico nº 001/2026.**

1.1. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital de Licitação
- 1.1.3. A Proposta do contratado; e
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

##### **2.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

2.1.1. O veículo a ser adquirido deverá possuir características técnicas mínimas compatíveis com utilitário de médio porte, com capacidade de transporte de passageiros e carga, adequado ao uso institucional, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

2.1.1.1. Características gerais:



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **PODER LEGISLATIVO**

- 2.1.1.1.1. Veículo novo (zero quilômetro);
- 2.1.1.1.2. Cor: Preta (sólida ou metálica);
- 2.1.1.1.3. Ano de fabricação/modelo igual ou superior ao da contratação;
- 2.1.1.1.4. Categoria utilitário com cabine dupla;
- 2.1.1.1.5. Capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;
- 2.1.1.1.6. 04 (quatro) portas.

#### **2.1.1.2. Motorização e desempenho:**

- 2.1.1.2.1. Motorização a diesel, com cilindrada mínima aproximada de 2.0 litros;
- 2.1.1.2.2. Potência mínima aproximada de 170 cv;
- 2.1.1.2.3. Torque mínimo aproximado de 35 kgf.m;
- 2.1.1.2.4. Transmissão automática;
- 2.1.1.2.5. Sistema de tração 4x4, com gerenciamento eletrônico ou mecânico, com ou sem reduzida, ou tecnologia equivalente;
- 2.1.1.2.6. Direção elétrica ou eletroassistida;
- 2.1.1.2.7. O conjunto motriz deverá proporcionar desempenho adequado para deslocamentos urbanos e rodoviários, inclusive em vias não pavimentadas, considerando a natureza das atividades institucionais.

#### **2.1.1.3. Dimensões e capacidade:**

- 2.1.1.3.1. Comprimento aproximado: mínimo de 4,80 m;
- 2.1.1.3.2. Entre-eixos mínimo aproximado: 2,80 m;
- 2.1.1.3.3. Capacidade de carga útil mínima de 850 kg;
- 2.1.1.3.4. Caçamba com dimensões compatíveis ao transporte de equipamentos e materiais;

#### **2.1.1.4. Segurança O veículo deverá possuir, no mínimo:**

- 2.1.1.4.1. Airbags frontais e laterais (mínimo 6);
- 2.1.1.4.2. Sistema de freios ABS com distribuição eletrônica de frenagem (EBD);
- 2.1.1.4.3. Controle eletrônico de estabilidade (ESP);
- 2.1.1.4.4. Controle de tração;
- 2.1.1.4.5. ssistente de partida em rampa;
- 2.1.1.4.6. Sistema de monitoramento de pressão dos pneus;
- 2.1.1.4.7. Sensores de estacionamento;
- 2.1.1.4.8. Câmera de ré;
- 2.1.1.4.9. Sistema de frenagem autônoma de emergência ou tecnologia equivalente;
- 2.1.1.4.10. Sistema de alerta de saída de faixa ou tecnologia equivalente;

#### **2.1.1.5. Tecnologia e conectividade O veículo deverá possuir, no mínimo:**

- 2.1.1.5.1. Central multimídia com tela sensível ao toque;
- 2.1.1.5.2. Integração com smartphones (Android Auto e/ou Apple CarPlay);
- 2.1.1.5.3. Conectividade Bluetooth;
- 2.1.1.5.4. Entradas USB;
- 2.1.1.5.5. Sistema de som integrado;
- 2.1.1.5.6. Computador de bordo.

#### **2.1.1.6. Conforto e acabamento:**

- 2.1.1.6.1. Ar-condicionado automático ou digital;
- 2.1.1.6.2. Bancos com revestimento em couro sintético ou natural de alta resistência (cor escura);
- 2.1.1.6.3. Ajuste de altura do banco do motorista;
- 2.1.1.6.4. Vidros e travas elétricas;
- 2.1.1.6.5. Sistema de partida por botão ou chave eletrônica;
- 2.1.1.6.6. Direção com regulagem de altura e/ou profundidade;
- 2.1.1.6.7. Apoios de cabeça para todos os ocupantes.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **PODER LEGISLATIVO**

#### **3. DO VALOR DO CONTRATO**

- 3.1. O valor do presente contrato constitui a importância de **R\$ xxxx (xxxx)**, devendo a despesa correr à conta dos recursos orçamentários empenhados para este objeto.
- 3.2. O Objeto e seus respectivos valores unitários e totais seguem em tabela abaixo: (incluir tabela resultante da licitação)
- 3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. DOS CRITÉRIOS DE REEQUILÍBRIO**

- 4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/2026.

#### **5. DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

DOTAÇÃO 01

Projeto Atividade

01.031.0001.1001.4.4.90.52.48.00.00.00.00.00 - VEICULOS DIVERSOS

- 5.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **6. DO REGIME DE EXECUÇÃO, MODELO DE GESTÃO.**

- 6.1. As condições de execução contratual, os modelos de gestão e de execução constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 7.1. Os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. O contrato terá vigência de 6 (seis) meses a contar da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

#### **9. DA GARANTIA**

- 9.1. O veículo deverá possuir garantia mínima de 3 (três) anos, sem limite ou com limite mínimo de quilometragem compatível com o padrão de mercado.

#### **10. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 10.1 Não haverá exigência da garantia contratual prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, visto as características do objeto a ser contratado.

#### **11. DOS ENCARGOS DAS PARTES**

- 11.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

##### **11.2 A CONTRATADA deve:**

- 11.2.1 Utilizar sempre as melhores técnicas, materiais e equipamentos adequados para execução do objeto;
- 11.2.2 Obter junto à contratante todas e quaisquer informações necessárias à boa execução do objeto;
- 11.2.3 Manter sempre atualizados seus dados para efeito de localização pela contratante, tais como: endereços, telefones, e-mails, etc;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA

## ESTADO DA BAHIA

### PODER LEGISLATIVO

- 11.2.4 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 11.2.5 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação, devendo comunicar à contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 11.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 11.2.7 Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 11.2.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 11.2.9 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da contratante, caso necessário.
- 11.2.10 Obedecer às demais obrigações constantes no Termo de Referência que é parte integrante deste contrato.

#### 11.3 São expressamente **vedadas à CONTRATADA**:

- 11.3.1 A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 11.3.2 A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- 11.3.3 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

#### 11.4 A **CONTRATANTE** deve:

- 11.4.1 Expedir a Ordem de Serviço;
- 11.4.2 Efetuar o pagamento dos serviços em tempo hábil;
- 11.4.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- 11.4.4 Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 11.4.5 Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 11.4.6 Obedecer às demais obrigações constantes no Termo de Referência que é parte integrante deste contrato.

### 12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1 A execução do contrato deverá ser gerida, acompanhada e fiscalizada pelos gestor e fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma da Instrução Normativa nº 001 de 2025 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2 Os servidores designados pela Administração para gestor e fiscal do Contrato são aqueles contidos em Portaria publicada no Diário Oficial.
- 12.3 Os servidores designados como gestor e fiscal do contrato deverão realizar o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto e registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, mediante notificação, sempre que necessário, objetivando a correção das irregularidades apontadas.
- 12.4 O fiscal e/ou gestor designado poderão ser substituídos pelo Presidente a qualquer tempo, devendo a Administração comunicar o fato ao preposto da Contratada.

### 13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2 O contrato poderá ser extinto:



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA

## ESTADO DA BAHIA

### PODER LEGISLATIVO

13.2.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.2.2 Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

#### 14. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

14.1 O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal 14.133/2021, e vincula - se a **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, constante do **Processo Administrativo 488/2026**, bem como à proposta da CONTRATADA e ao Termo de Referência apenso ao processo.

#### 15. DO RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1 O Contratado deverá emitir documento fiscal conforme legislação vigente, observando:

15.1.1 O imposto de renda a ser retido, quando obrigatório, deverá ser destacado no corpo do documento fiscal, considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1.234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023.

15.1.2 As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente no documento fiscal, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1.234.

15.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

15.2 Recebimento do Objeto/Serviço:

15.2.1 O serviço/objeto será recebido provisoriamente, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo servidor designado, contados a partir do protocolo do documento fiscal com a comprovação da efetiva execução do objeto.

15.2.2 Para efeito de recebimento provisório, o servidor designado irá verificar a compatibilidade entre as descrições e quantidades contidas no documento fiscal e o que está efetivamente sendo recebido/prestado.

15.2.3 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório:

15.2.3.1 **Em caso de materiais para estoque**, com a juntada aos autos do Boletim de Recebimento de Material pelo Almoxarifado;

15.2.3.2 **Em caso de materiais para uso imediato ou serviços**, com o ateste, mediante despacho, do servidor designado, confirmando o recebimento do objeto contido no corpo do documento fiscal.

15.2.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, pelo fiscal e gestor de contratos ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação do exato cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante emissão do Atestado de Recebimento Definitivo, obedecendo os seguintes procedimentos:

15.2.4.1 Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela Contratada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

15.2.4.2 O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada.

15.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto/serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de documento fiscal relativa apenas à parcela incontroversa da execução do objeto.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **PODER LEGISLATIVO**

- 15.2.6 O objeto/serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial da Contratada, devendo ser reparado/corrigido, sob pena da possível instauração de processo para apuração de responsabilidade.
- 15.2.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto executado, nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 15.2.8 Não será realizado o recebimento definitivo do objeto/serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas.
- 15.2.9 Fica suspensa a contagem dos prazos para recebimento provisório ou definitivo do objeto/serviço durante o tempo necessário para saneamento das pendências identificadas e comunicadas à contratada.

#### **15.3 Liquidação**

- 15.3.1 Realizado o recebimento definitivo do objeto, a liquidação ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período.
- 15.3.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 15.3.3 A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se o Contratado, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.
- 15.3.4 Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que promova o saneamento ou preste esclarecimentos.
- 15.3.5 Fica suspensa a contagem do prazo para liquidação da despesa durante o tempo necessário para saneamento das pendências identificadas e comunicadas à contratada.

#### **15.4 Pagamento**

- 15.4.1 O pagamento será efetuado em até 2 (dois) dias úteis contados da liquidação da despesa.

#### **16. DAS SANÇÕES**

- 16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 16.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 16.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- 16.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 16.1.8 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 16.1.9 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **PODER LEGISLATIVO**

16.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “16.1.2”, “16.1.3”, “16.1.4”, “16.1.5”, “16.1.6”, e “16.1.7” deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “16.1.8”, “16.1.9”, “16.1.10”, “16.1.11” e “16.1.12”, deste Contrato,, bem como nos subitens “16.1.2”, “16.1.3”, “16.1.4”, “16.1.5”, “16.1.6”, e “16.1.7” deste Contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.2.4 Multa

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

16.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

16.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

16.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **PODER LEGISLATIVO**

Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **17. DOS CASOS OMISSOS, DA DIVULGAÇÃO E FORO**

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17.2 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art.

17.3 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Itabuna – BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itabuna - BA, em xxx de xxx de 2026

**MANOEL CARLOS DE JESUS PORFÍRIO**  
**PRESIDENTE**  
**CONTRATANTE**

XXXXXXXXX  
**TITULAR**  
**CONTRATADA**